

# Do Chafariz ao Copo: Os Fluxos da Água no Rio de Janeiro Oitocentista



Anita Correia Lima de Almeida<sup>1</sup>, Mariana de Aguiar Ferreira Muaze<sup>2</sup>

## RESUMO

Inserido na perspectiva de uma história ambiental urbana, o artigo analisa os fluxos da água na cidade do Rio de Janeiro, em seu percurso desde as fontes públicas até o interior das casas de morada, durante o século XIX. Segue o caminho das redes hídricas, encanamentos, chafarizes, torneiras, penas d'água, mas também acompanha o líquido no barril dos aguadeiros, em direção tanto a simples talhas de barro, como a copos de cristal. Volta-se, igualmente, para a atividade das lavadeiras, executada nos tanques públicos ou diretamente na margem de rios e córregos. Observa, ainda, usos exclusivamente ornamentais, como nos repuxos que adornam os jardins das casas senhoriais. Dessa forma, busca entender o papel de equipamentos e artefatos e, sobretudo, do trabalho – de escravizados e livres – nesse fluxo para, afinal, examinar como a água criava possibilidades para a vida urbana, conformando-a, mas, ao mesmo tempo, era moldada pelas dinâmicas sociais da cidade.

**Palavras - chaves:** fluxos de água, história ambiental urbana, cultura material, Rio de Janeiro, século XIX.

---

<sup>1</sup>Doutora em História Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, ORCID: 0000-0002-9334-8174. E-mail: anita.almeida@unirio.br

<sup>2</sup>Doutora em História Social (Universidade Federal Fluminense), Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, ORCID: 0000-0002-8401-3057. E-mail: mariana.muaze@unirio.br

No porão barulhento de um navio negreiro [...]. Um quartilho de água por dia era tudo que nos permitiam e nada mais [...]. Houve um pobre companheiro que ficou tão desesperado pela sede que tentou apanhar a faca do homem que nos trazia água. Foi levado ao convés e eu nunca mais soube o que lhe aconteceu. Suponho que foi jogado ao mar.

Mahommah G. Baquaqua, *Biografia* (1854)<sup>3</sup>.

Precisa-se alugar uma preta que saiba lavar, cozinhar e carregar água; na rua dos Ourives n. 87 [...].

*Diário do Rio de Janeiro*, 18 de agosto de 1840, p. 4.

Frequentemente, as cidades precisam de recursos – como água, alimentos e combustível – que vêm de fora da área urbana. Ao mesmo tempo, existe um fluxo de saída, como aquele promovido pelo descarte de águas servidas ou pelo esgotamento sanitário. O século XIX conheceu a implantação de uma complexa infraestrutura em centros urbanos ao redor do mundo que alterou de diferentes formas a relação cidade-água<sup>4</sup>. No campo da história ambiental, numerosas pesquisas têm se voltado para o conceito de metabolismo, em suas várias vertentes<sup>5</sup>, com o objetivo de examinar as dinâmicas entre sociedade e natureza em contextos urbanizados.

De fato, o tema da água vem sendo tratado longamente na historiografia sobre o Rio de Janeiro<sup>6</sup>. No que diz respeito às redes de fornecimento de água potável, há estudos sobre a primeira grande obra de abastecimento – o aqueduto que levou a água do rio Carioca até o núcleo urbano – a partir do início do século XVIII. Durante o século seguinte, houve a captação de outros rios do Maciço da Tijuca, e chafarizes e bicas se espalharam por largos e ruas<sup>7</sup>. Mananciais cada vez mais distantes foram sendo incorporados. Tudo isso tem recebido a atenção dos investigadores. Finalmente,

<sup>3</sup> Trecho da obra de Baquaqua, publicado por Silvia Lara, *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, março de 1988.

<sup>4</sup> Para uma perspectiva de história comparada, ver Verena Winiwarter *et al.*, "The long-term evolution of urban waters and their nineteenth century transformation in European cities", *A comparative environmental history. Water History*, 8 (2016), 209-233.

<sup>5</sup> Para o conceito de "metabolismo urbano", o texto seminal é Abel Wolman, "The metabolism of cities", *Scientific American*, 213 (3), (1965), 178-193. Para uma abordagem diversa, no campo da ecologia política, ver Erik Swyngedouw, "A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e 'urbanização-ciborgue'", *in* Henri Acselrad (org.), *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas* (Rio de Janeiro: Lamparina, 2009), 99-120. Sobre rios urbanos, o livro de Richard White, *The Organic Machine* (1995), abriu novas perspectivas de análise.

<sup>6</sup> Sobre a água na história da cidade, ver Maurício Abreu, "A cidade, a montanha e a floresta", *in* *Escritos sobre espaço e história*. Organização Fania Fridman e Rogério Haesbaert (Rio de Janeiro: Garamond, 2014); Diogo de C. Cabral, "Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista", *RA'E GA*, v. 23 (2011), 159-190; Bruno Capilé, "Os muitos rios do Rio de Janeiro: transformações e interações entre dinâmicas sociais e sistemas fluviais na cidade do Rio de Janeiro (1850-1889)", (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018); Lorelai Kury *et al.*, *Rios do Rio (Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2020)*.

<sup>7</sup> Cf. Juliana O. B. Mello, "O abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro durante o período joanino", *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 4 (2010), 159-167; Renato C. Frias, "Abastecimento d'água no Rio de Janeiro joanino: uma geografia do passado", (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013).

algumas pesquisas examinam a implantação, a partir de meados do século XIX, do sistema de água encanada, a chamada pena d'água, que vai demorar muitas décadas para ser uma realidade para a maioria dos moradores<sup>8</sup> e cuja problemática é atravessada pela chegada de empresas estrangeiras contratadas como prestadoras de serviço<sup>9</sup>. Assim, o acesso à água passou a ser um forte marcador de hierarquização social. Enquanto nos cortiços e moradias populares das antigas áreas da cidade uma população que incluía libertos, escravizados de ganho, imigrantes e brancos pobres disputava as bicas e chafarizes públicos, nas residências abastadas, a partir da década de 1870, já se verificava a existência relativamente frequente de salas de banho equipadas com banheiras de mármore.<sup>10</sup>

Diversos estudiosos têm procurado examinar o caminho da água desde a captação até sua distribuição pelos chafarizes e bicas da cidade. Neste artigo, no entanto, a ideia é investigar como o líquido seguia desses pontos em direção aos locais de uso, dando ênfase a todo o trabalho agregado no percurso.<sup>11</sup> O objetivo é entender qualquer forma de circulação, quer no espaço da cidade, quer no universo doméstico, como uma dimensão do fluxo hídrico.

A água recolhida nos chafarizes e nas bicas, ou mesmo em algumas fontes naturais, ainda precisava chegar a seu destino, ou seja, no caso do consumo doméstico, ao interior das moradas. Lá seria utilizada para beber e certamente ainda teria emprego em outros usos, como a preparação de alimentos, a lavagem de roupa ou o banho. Muitos carregadores escravizados – mas também libertos e livres – faziam esse fluxo funcionar. Dentro das residências mais abastadas, escravizados (ou criados livres)

---

<sup>8</sup> Sobre a implantação das penas d'água, ver Gilmar M. Almeida, "A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1889", (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010).

<sup>9</sup> Em 1857, contratou-se a empresa inglesa City Improvements Company para prover encanamento para a área urbana, foram instaladas cerca de 600 bicas públicas e dois mil lares receberam água. Sandra L. Graham, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 - 1910* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992), 38.

<sup>10</sup> É possível adquirir na cidade banheiras de mármore, importadas da Itália, desde o final da década de 1840. Nas últimas década do século XIX, tornam-se frequentes os anúncios como o publicado no *Jornal do Commercio* em 15 de janeiro de 1870 (p. 2): leilão de um sobrado na rua das Laranjeiras, equipado com "água de encanamento [...], banheira de mármore, tanque de cantaria para lavagem [...]".

<sup>11</sup> Para a centralidade do papel dos escravizados na infraestrutura de abastecimento do Rio de Janeiro, ver Alida Metcalf, S. Smith e S. Kennedy, "A mere gutter! The Carioca Aqueduct and water delivery in mid-nineteenth-century Rio de Janeiro", *Urban History*, v. 49, n. 1 (2022), 61-87. Para a localização georreferenciada da rede hídrica, ver Alida Metcalf, "Water and Social Space: Using georeferenced maps and geocoded images to enrich the history of Rio de Janeiro's fountains", e-Perimtron, v. 9, n. 3 (2014), 129-145; Alida Metcalf, S. Smith, "Mapping the Maracanã: Reconstructing the Route of Rio de Janeiro's Second Major Aqueduct," e-Perimtron, v. 13, n. 1, (2018), 1-22. Ver também a narrativa (story map), *Em busca do aqueduto da Carioca*, elaborada por Alida Metcalf para o projeto imagineRio da Rice University, em: <<https://ricegis.maps.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=8bc87806815647f49fb4f3d9dee16e5d>>.

cuidavam para que a água finalmente chegasse à mesa das famílias, às jarras dos quartos ou ao regador do jardim.

Os variados usos da água, contudo, determinavam circuitos complexos e não apenas em direção às moradas. A faina incessante com a lavagem de roupa nem sempre se dava dentro do espaço da casa, podendo ser realizada nos tanques construídos próximos a chafarizes ou mesmo nas margens dos cursos d'água. O artista francês Jean-Baptiste Debret, um incansável narrador da vida cotidiana da corte, seja pelos registros visuais, seja pelos escritos que deixou, morou no Rio de Janeiro entre 1816 e 1831 e observou:

Uma família rica tem sempre negras lavadeiras e uma mucama encarregada especialmente de passar as peças finas, o que ocupa pelo menos dois dias por semana, pois uma senhora só usa roupa passada de fresco e renova sua vestimenta para sair uma segunda vez de manhã. Mas as casas pobres, que só possuem um negro, mandam-no lavar roupa nos chafarizes da cidade, principalmente da Carioca ou do Campo de Sant'Ana, ambos cercados de vastos tanques especialmente destinados a esse fim. Por isso aí se encontram dia e noite lavadeiras cujo bater de roupa se ouve ao longe.<sup>12</sup>

Sua descrição aponta para uma hierarquia entre as famílias a depender não só da abundância e formas de acesso à água, mas também da posse de mão de obra. Entre as mais afortunadas estavam aquelas que se abasteciam no mercado de água ou dispunham de fontes naturais, poços<sup>13</sup> (e, mais tarde, penas d'água), além de contarem com lavadeiras e outros escravizados que executavam suas tarefas nos quintais das casas, mantidos "portas adentro". Já nas moradas mais pobres, tanto o número de escravizados quanto a água eram mais escassos, sendo necessário frequentar os chafarizes da cidade, ou os cursos d'água, para o trabalho com a roupa, executado "portas afora"<sup>14</sup>.

As diferentes vivências descritas por Debret no que concerne ao acesso à água e aos escravizados domésticos para as décadas de 1820 e 1830 tenderam a se acirrar

<sup>12</sup> Jean-Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, t. 1, v. 2 (São Paulo: Livraria Martins, 1940 [1835]), 275.

<sup>13</sup> Anita Almeida, "Água da fonte, água de poço: notas para a história do abastecimento no Rio de Janeiro", *Arquitextos*, n. 281.03, ano 24 (out. 2023).

<sup>14</sup> Marcus M. de Carvalho, "De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850", *Afro-Ásia* 29/30 (2003), 41-78; Maciel Henrique Silva, *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)* (Recife: UFPE, 2011).

após 1840, quando os altos lucros com os negócios do café e da segunda escravidão<sup>15</sup> permitiram que as famílias da classe senhorial da corte adquirissem uma série de objetos sofisticados, investissem em consumo conspícuo, luxo e etiqueta, como prerrogativas de uma nova forma de comportamento, um *habitus* social de inspiração burguesa, que funcionava como um elemento de demarcação social e identidade de grupo<sup>16</sup>. Nesse contexto de transformação sociocultural, também houve uma multiplicação das tarefas executadas por escravizados domésticos, como é possível perceber através das inúmeras funções, cada vez mais especializadas, que aparecem nos anúncios de jornal ou nos relatos de viajantes.

Na observação de Debret de que “uma senhora só usa roupa passada de fresco e renova sua vestimenta para sair uma segunda vez de manhã”, vê-se a importância atribuída à indumentária, bem como a especialização da passadeira.<sup>17</sup> Mas o novo *habitus* em ascensão também irá valorizar fartos jantares e eventos sociais com louças requintadas, pratarias bem lustradas, toalhas brancas adamascadas e guardanapos combinando, além de uma rígida higiene com a limpeza permanente dos cômodos, roupas de cama, cortinas, urinóis etc. Assim, o cotidiano dos criados domésticos – escravizados, libertos ou nascidos livres – era atravessado por uma carga crescente de trabalho e, no caso daqueles que lidavam com a água, ritmado pelo lavar, alvejar, secar, engomar, passar e, ainda, limpar um sem-fim de artefatos cada vez mais elaborados<sup>18</sup>. Dessa forma, a água se transformava numa mercadoria valorizada, e seu acesso abundante nas habitações, num diferenciador social.

Além disso, a própria presença da água nas moradas e os diversos modos de usá-la exigiam a manipulação de um conjunto específico de recipientes, como barris para a apanha nos chafarizes, tina de tomar banho ou, para os mais favorecidos, até banheira de mármore, que precisava ser limpa e preparada. Também eram necessários potes para armazenamento doméstico, bacias de lavar roupa ou jarras na mesa de

---

<sup>15</sup> Para Dale Tomich, a segunda escravidão se vincula ao mundo capitalista em ascensão, que impulsionou outros espaços produtivos, com destaque para o sul algodoeiro dos Estados Unidos, o Vale do Paraíba cafeeiro no Brasil e a região açucareira cubana no século XIX, Dale W. Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial* (São Paulo: Edusp, 2011).

<sup>16</sup> O *habitus* se constitui em comportamentos sociais profundamente enraizados, naturalizados, que passam a fazer parte de uma segunda natureza dos indivíduos e grupos sociais. Ver Norbert Elias, *O processo civilizador: uma história dos costumes* (Rio de Janeiro: Zahar, 1990 [1939]).

<sup>17</sup> Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, t. 1, v. 2, 275.

<sup>18</sup> Sobre o *habitus* senhorial escravista, ver Mariana Muaze, “O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos? - serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba”, *Almanack* 12 (2017): 65-87.

jantar, para citar alguns. Afinal, para fluir, o líquido precisava, como se pretende mostrar, conectar-se de alguma forma aos recipientes, no universo da cultura material<sup>19</sup>, e, ainda, aos trabalhadores (escravizados ou livres). O fluxo hídrico unia, assim, água, artefatos e corpos.

Um leitor que abrisse o *Diário do Rio de Janeiro* no primeiro dia de agosto de 1853 ficaria sabendo que um "doutor" estava se retirando para a Europa e que seus bens estariam à venda na rua do Cano, n. 70. Seria possível, então, entre espelhos franceses, vasos de flores, lençóis de linho, pinturas a óleo, adquirir um "rico copo d'água de cristal"<sup>20</sup>. Em breve, alguém comprará o copo e ele novamente será colocado em uso. Quando isso acontecer, a água terá chegado ali percorrendo um longo trajeto.

É para esse percurso complexo, do chafariz ao copo, em que a água circula por encanamentos e por recipientes, e que envolve coleta, transporte, armazenamento e finalmente uso – assim como todo o trabalho relacionado a tais tarefas –, que o presente texto pretende se voltar. Para tanto, um conjunto de fontes será examinado, como relatos de viajantes, anúncios de jornal, documentação epistolar e, ainda, alguns elementos iconográficos e de cultura material.<sup>21</sup>

## OS PONTOS DE ABASTECIMENTO

Quanto aos lugares em que seria possível coletar água na cidade oitocentista, os chafarizes coloniais, alguns instalados há muitas décadas, ainda existiam e seguiam sendo importantes para o abastecimento da população. O mais antigo deles, construído no sopé do Convento de Santo Antônio em 1723, recebia as águas do aqueduto da Carioca e as vertia por suas bicas de bronze; já tinha mais de cem anos quando foi demolido, em 1830, e substituído por um provisório, de madeira, que durou pouco

---

<sup>19</sup> Ver Flávia B. Nascimento, Joana Mello, José Lira e Silvana Rubino (org.), *Domesticidade, gênero e cultura material* (São Paulo: Edusp, 2017). Para alimentação e cultura material, ver Maria A. Borrego, "Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX)", *Varia Historia*, 32 (58) (jan/abr 2016), 101-137. Especificamente sobre louças, ver Tânia A. Lima, "Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX", *Anais do Museu Paulista*, 3, 1 (1995), 83-84. Para água, ver Daniel Roche, "A água e sua utilização" *in* *História das coisas banais* (Rio de Janeiro: Rocco, 2000).

<sup>20</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 01 de agosto de 1853, p. 3.

<sup>21</sup> Para uma análise da narrativa de viagem, ver Flora Sússekind, *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Sobre cultura visual, ver Ulpiano T. B. de Meneses, "Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares", *Revista Brasileira de História*, 23 (45), (2003), 11-36; Paulo Knauss, "O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual", *ArtCultura*, 8 (12), (jan/jun 2006), 97-115.

tempo<sup>22</sup>. Em 1834, um terceiro chafariz – uma grande edificação, com trinta e cinco bicas de metal – foi instalado no mesmo lugar do antigo, alcançando o século XX.

O local dessa primeira fonte pública, próxima ao convento dos franciscanos, foi de fato o ponto zero de uma rede de equipamentos. Durante o governo de Gomes Freire, uma nova fonte foi construída na praça em frente ao Convento do Carmo (mais tarde, Largo do Paço). A instalação de um encanamento de chumbo, "embutido em pedras perfuradas, vindas de Lisboa e capeadas por grossas paredes de pedra e cal"<sup>23</sup>, permitiu que a água do chafariz da Carioca alcançasse o do Carmo, passando pela rua do Cano, e assim dando nome à rua. Já quase no final do século, em 1789, esse chafariz no centro da praça, arruinado, foi substituído por um novo (que ainda existe), construído na mureta instalada junto ao mar. Os canos foram estendidos até lá. Em 1794, uma nova extensão do encanamento permitiu que, afinal, fosse alcançado o Largo do Moura, abastecendo a região da Misericórdia. Desse modo, a água captada nas encostas do Corcovado cruzava toda Santa Teresa e os Arcos, fluindo através do aqueduto. Entrava na área urbana, a partir do chafariz da Carioca, e seguia circulando por encanamentos até alcançar outros pontos da cidade.

Além disso, algumas instituições conseguiam licença para puxar um "anel de água" a partir do aqueduto, trazendo o abastecimento para dentro de suas dependências. Esse foi o caso, por exemplo, dos padres do Convento do Carmo. Para a edificação do chafariz na praça em frente, na década de 1740, foi preciso construir um encanamento que passou por baixo do dormitório dos padres. Nessa altura, foi permitida a instalação de um anel de água para a serventia do Convento e, na década de 1790, a licença se tornou definitiva<sup>24</sup>. Os missionários do Seminário de Nossa Senhora da Lapa fizeram um pedido semelhante. Solicitaram um anel de água para uso próprio, prometendo franqueá-lo aos moradores da região<sup>25</sup>. As freiras da Ajuda também receberam esse direito, o que possibilitou a construção do chamado Chafariz das

<sup>22</sup> Magalhães Corrêa, *Terra carioca: fontes e chafarizes* (Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s.d.), 17-20.

<sup>23</sup> Rosauro Silva, "A luta pela água" in Fernando N. Silva (ed.), *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade* (Rio de Janeiro: Record, 1965), 311-315.

<sup>24</sup> Requerimento do presidente do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Rio de Janeiro, frei João de Santa Teresa [anterior a 24 de abril de 1793]. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - AHU. Rio de Janeiro, cx. 153, doc. 46.

<sup>25</sup> Requerimento do Padre Angelo de Sequeira, do Seminário de N. Sra. da Lapa [anterior a 23 de maio de 1753]. AHU. Rio de Janeiro, cx. 70, doc. 16.379.

Saracuras, no claustro do Convento<sup>26</sup>. Diversos particulares solicitaram permissão para a instalação de um anel em suas chácaras e residências<sup>27</sup>.

Há ainda outro aspecto a ser observado sobre a circulação da água depois que ela entrava na área urbana. O estabelecimento dos chafarizes obrigava a que houvesse uma destinação para o líquido que sobrava nesse circuito. Jorrando em fluxo contínuo, evidentemente ele não era todo recolhido pelos usuários, e somente mais tarde, ao longo do século XIX, surgiriam as torneiras que abrem e fecham. Assim, o Conde de Bobadela se viu obrigado a cumprir uma ordem régia, de 1725, "mandando construir tanques de lavagem de roupa, junto ao chafariz da Carioca e abrir uma vala empedrada para escoamento das águas de sobejo do referido chafariz, vala essa feita em direção à Prainha, e que deu origem à Rua da Vala [...]"<sup>28</sup>. Como se vê, duas ruas importantes da cidade, a do Cano (atual Sete de Setembro) e a da Vala (atual Uruguaiana), receberam seus nomes em função do papel que exerciam no sistema dos fluxos hídricos.

No tempo de D. João, enquanto se desenrolavam as obras para a captação do rio Maracanã, foi realizado o aproveitamento do rio Comprido (1809), com suas águas levadas até um chafariz no Catumbi e, ainda, para um provisório, de madeira, instalado no Campo de Santana. Este último foi substituído por um definitivo, em pedra, alimentado por canos de chumbo, que foi inaugurado em 1818, com a presença de D. João, e com direito a festa com música instrumental de sopro e fogos de artifício.<sup>29</sup>

Os pontos de abastecimento espalhados pela cidade, onde sempre havia a presença de muitos escravizados com seus pesados barris para a apanha de água, foram temas dos artistas viajantes com bastante frequência. Um exemplo é o álbum *Saudades do Rio de Janeiro*, publicado em Berlim, com desenhos de Karl Wilhelm von Thiermin, litografados por W. Loeillot. Thiermin foi cônsul da Prússia no Rio de Janeiro nos anos de 1820 a 1836, e, entre as seis pranchas que compôs para seu álbum, uma é dedicada

<sup>26</sup> Atualmente, está instalado na praça General Osório, em Ipanema. Ver Nelson Porto, "O claustro e a fonte: um estudo iconológico do claustro do Convento da Ajuda", *Barroco*, ano 35, n. 19 (2004), 199-212.

<sup>27</sup> Requerimento do Capitão de Granadeiros da praça do Rio de Janeiro, João Mascarenhas Castello Branco, e seu cunhado, o dr. Ignácio Manuel da Costa Mascarenhas, Vigário da Candelária [anterior a 7 de outubro de 1750]. AHU. Rio de Janeiro, cx. 63, doc. n. 14.866-14.867.

<sup>28</sup> Silva, *A luta pela água*, 314.

<sup>29</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de junho de 1808, p. 1.

ao Chafariz do Campo de Santana, representado com seu tanque de lavar roupa, uma carroça com pipa d'água e diversos aguadeiros (Imagem 1).

Imagem 1. Karl Wilhelm von Thoremin. Fontaine du Campo: depuis l'église de Ste. Anne. [O chafariz do Campo tomado da Igreja de Sant'Ana], 1835 (detalhe).



Fonte: Biblioteca Nacional. Brasil.

Outro exemplo que poderia ser citado, que retrata os equipamentos mais simples, as bicas, presentes em vários pontos da cidade, é um óleo de Nicolau Facchinetti. O artista italiano chegou ao Rio de Janeiro em 1849 e, em meio à sua extensa obra, compôs uma paisagem da Praia de Botafogo, em que surgem uma bica e duas pessoas ocupadas com a apanha de água (Imagem 2).

Imagem 2. Nicolau Facchinetti. Praia de Botafogo, 1868 (Detalhe). Óleo sobre tela.



Fonte: Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram.

## AS DINÂMICAS DA APANHA DE ÁGUA

Antes do abastecimento por redes domiciliares, tudo o que era necessário para fazer funcionar uma morada entrava "porta adentro" carregado por mãos humanas, como a água para a moringa, o óleo para as lamparinas ou a lenha para o fogão<sup>30</sup>. Além disso, havia o recurso frequente ao uso de animais de carga, principalmente as mulas.

Como parecem mostrar os numerosos relatos de viajantes e os registros iconográficos existentes, havia várias possibilidades para o morador abastecer sua casa no Rio de Janeiro oitocentista. Enquanto possivelmente os mais desfavorecidos se dirigiam, eles próprios, até o chafariz ou a bica mais próxima, aqueles que tinham

<sup>30</sup> Sobre as carvoarias que abasteciam a cidade, ver Rogerio R. de Oliveira, Joana S. Fraga, Dean E. Berck. "Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro". INTERthesis, v. 8, n. 2 (2011), 286-315.

condições compravam a água na porta de um aguadeiro com sua carroça ou diretamente de um dos muitos carregadores que percorriam a cidade com seus barris de madeira ou vasos de barro equilibrados sobre a cabeça. Alguns, no entanto, poderiam enviar seus escravizados domésticos para apanhar água. Outros usavam o serviço de um "escravo de aluguel" para isso. Os aguadeiros que carregavam os barris, por sua vez, frequentemente eram os chamados "escravos de ganho"<sup>31</sup>. Eles gerenciavam a sua própria atividade – ou, com se dizia então, *viviam sobre si* – e, ao final do dia ou da semana, entregavam parte de seus ganhos a seus proprietários.

Além disso, havia comerciantes na cidade que possuíam vários escravizados empregados no transporte e na venda de água. Mais para o final do século, existiram empresas de pipa d'água que empregavam trabalhadores livres e, por vezes, imigrantes. Eram múltiplos e variados, portanto, os arranjos e as formas de cativo e de trabalho a que os aguadeiros estavam submetidos.

O missionário norte-americano Daniel Parrish Kidder publicou um livro, em 1845, sobre sua visita ao Brasil. Anos depois, o também missionário James C. Fletcher, que viveu no país por mais de uma década, em meados do século XIX, retomou e ampliou a obra de Kidder, e assim foi publicado, em Boston, *O Brasil e os brasileiros* (1879). No livro, há o seguinte comentário sobre a cidade do Rio de Janeiro, em relação aos anos de 1860: "Antigamente havia apenas uma ou outra fonte principal; mas agora há grandes chafarizes em todas as praças, e nas esquinas de quatro em quatro ruas, aproximadamente, formam-se pequenos riachos do precioso elemento quando se abrem as torneiras". Já a frequência no Largo do Paço é assim descrita: "A maioria é de africanos, que se reúnem em volta do chafariz para conseguir água, que corre de uma fila de canos e, recolhida em baldes e pipas, é transportada na cabeça de homens e mulheres."<sup>32</sup>

Segundo o que observou Mary Karasch, em seu livro *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850* (1987), entre os inúmeros carregadores escravizados, "o de status

---

<sup>31</sup> Luiz C. Soares, *O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX* (Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2007).

<sup>32</sup> Daniel P. Kidder e James C. Fletcher, *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*, vol. 1 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941 [1879]), 17.

mais baixo era o de água e de dejetos"<sup>33</sup>. Embora o trabalho com a eliminação dos dejetos fosse o mais extremo, a apanha de água também podia ser extenuante. Alguns anúncios de "escravos fugidos" sugerem que o peso e o esforço repetido deixavam sequelas físicas, como o publicado no *Diario do Rio de Janeiro*, em agosto de 1821, mencionando a fuga de "dois pretos da casa da rua da Viola n. 33" e informando que um deles possuía uma deformação no pescoço causada, segundo o jornal, pela "continuação de carregar água"<sup>34</sup>.

A atividade costumava vir especificada nos anúncios de aluguel. Um exemplo entre muitos pode ser colhido no *Diario do Rio de Janeiro* de 27 de abril de 1842: "Alugue-se uma preta que cozinha, lava, faz compras e carrega água"<sup>35</sup>. Mais para o final do século, no mesmo *Diario*, lê-se: "Alugam-se à rua do Senhor dos Passos n. 33 B: [...]. Duas pretas para cozinhar, lavar, carregar água e fazer compras, são fiéis e sem vício"<sup>36</sup>. Aqueles que buscavam pelo serviço também definiam suas demandas: "Precisa-se de um cozinheiro livre ou cativo, só para cozinhar e carregar água, podendo dormir fora se quiser [...]"<sup>37</sup>. Já em vários outros casos, os anunciantes informavam expressamente que a apanha de água estava excluída da oferta que faziam: "Alugue-se no Largo da Sé n. 5, uma preta [...] para todo o serviço, menos carregar água"<sup>38</sup>.

Na concepção de proprietários e clientes, a atividade parecia exigir pouca ou nenhuma especialização. Em 26 de novembro de 1827, solicitava-se: "Quem tiver e quiser alugar um escravo que sirva para todo o serviço de porta para fora, como carregar água, lenha etc. e não se exigindo que tenha habilidades algumas [...], anuncie por esse Diário [...]"<sup>39</sup>. Mas ter um escravizado aguadeiro podia render dividendos, como sugeriu um anunciante em setembro do mesmo ano: "Vendem-se [...] um preto, e uma preta também para serviço de roça, muito fortes, que dão 320 réis por dia a carregar água [...]"<sup>40</sup>.

<sup>33</sup> Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), 266.

<sup>34</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 21 de agosto de 1821, p. 7.

<sup>35</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 27 de abril de 1842, p. 4.

<sup>36</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 22 de dezembro de 1870, p. 4.

<sup>37</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 17 de março de 1868, p. 3.

<sup>38</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 12 de outubro de 1842, p. 4.

<sup>39</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 26 de novembro de 1827, p. 3.

<sup>40</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 6 de setembro de 1827, p. 3.

Ao lado da pouca especialização, vinham marcas sociais desqualificadoras, que pesavam sobre quem exercia a atividade. Isso acontecia mesmo em contextos diferentes, como o da Europa. Desde setembro de 1846, o leitor podia acompanhar, na seção de folhetins do *Diario*, a tradução de um dos volumes de *Memórias de um médico*, a obra de Alexandre Dumas. Num diálogo sobre as dificuldades da vida, um personagem diz: "É verdade; mas não importa, quero e hei de adiantar-me. Carregarei pedra, serei aguadeiro, mas hei de ir meu caminho ou morrer"<sup>41</sup>. Já em dezembro de 1843, ao passar os olhos pelo *Diccionario da Tia Michaela*, encontrava-se a definição que se pretendia jocosa: "Aguadeiro – Homem que vende água, e anda sujo"<sup>42</sup>.

Projetados pelas elites administrativas, chafarizes e bicas eram espaços estritamente vigiados, tanto na colônia quanto no império.<sup>43</sup> O Decreto de 1º de dezembro de 1836, que regulamentava a administração das obras públicas do Município da Corte, pode servir de exemplo. Em seu Art. 19, determinava que haveria um número de guardas para a conservação dos equipamentos de abastecimento de água da cidade, o que não era uma prática nova. O texto legal especificava a competência dos guardas: manter limpos e desimpedidos os encanamentos de seu distrito, informando qualquer necessidade de reparos, "e não consentir desordem ou tumulto em torno das bicas de serventia pública"; ainda acrescentava: "Os Guardas usarão de espada e pistola".<sup>44</sup>

Sobre os carregadores de água que se reuniam em volta do chafariz no Largo do Paço, em meados dos oitocentos, os já citados Kidder e Fletcher observaram: "Os escravos andam descalços, mas alguns vestem roupas alegres. Quando juntos assim, nesses pontos de reunião, a sua sociabilidade é extrema"; em seguida, acrescentam: "mas às vezes terminam em discussões e pancadas. Para evitar desordens dessa natureza, soldados geralmente estacionam perto dos chafarizes [...] mais ou menos certos de poder manter a sua autoridade sobre os pretos [...]"<sup>45</sup>. Esses espaços da diáspora africana, embora marcados por severa vigilância, favoreciam o contato entre

<sup>41</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 16 de janeiro de 1847, p. 2.

<sup>42</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 22 de dezembro de 1843, p. 1.

<sup>43</sup> Sobre a complexidade desses espaços, altamente controlados e, ao mesmo tempo, permeados por sociabilidades, ver Jorun Poettering, "Water and the Struggle for Public Space: Social Negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro's Waterworks", *Brasiliiana – Journal for Brazilian Studies*, v. 5, n.2 (July, 2017). Ver também A. Metcalf; S. Smith; S. Kennedy, "'A mere gutter!' The Carioca Aqueduct and water delivery in mid-nineteenth-century Rio de Janeiro", *Urban History*, v. 49, n. 1 (2022): 61-87.

<sup>44</sup> Decreto de 1º de dezembro de 1836, *Coleção de leis do Império do Brasil*, v. 1, pt. II, 1836, p. 219.

<sup>45</sup> Daniel P. Kidder e James C. Fletcher, *O Brasil e os brasileiros*, 17.

seus frequentadores, gerando possibilidades de conflito, mas também de experiências de *viver sobre si e mesmo* de resistência.

A percepção geral sobre a pouca especialização daqueles que coletavam e vendiam a água talvez devesse ser relativizada. Estudando o abastecimento em Paris, no século XVIII, a historiadora Constance de Font-Réaulx sugeriu que a historiografia ajudou a construir uma visão estereotipada dos aguadeiros como trabalhadores com nenhuma especialização. No entanto, toda a sociedade parisiense utilizou esse serviço, e a água, afinal, passou pela porta tanto dos menos favorecidos como da elite. Além disso, os dados mostram que havia uma contabilidade para os pagamentos, realizados, no geral, a cada mês ou a cada três meses. O mercado de água, portanto, se estruturava a partir da necessidade de que cada aguadeiro prestasse um serviço a contento e possuísse uma clientela mais ou menos fixa<sup>46</sup>.

Não terá sido muito diferente no Rio de Janeiro do século XIX. Aqueles que estavam nesse ramo de atividade, como as empresas de carroças ou mesmo os aguadeiros de ganho ou de aluguel, todos provavelmente precisavam conquistar uma clientela própria. Um exemplo pode ser fornecido por um anúncio, publicado em dezembro de 1838, que dizia: "Precisa-se de um homem para andar com uma carroça e pipa de vender água, porém que já tenha bastante prática disso, e que tenha ao menos alguma freguesia". E o anunciante completava: "Não se duvida pagar bem"<sup>47</sup>.

Essa perspectiva ajuda a entender a estratégia daqueles que viam o momento da apanha de água como uma oportunidade de escapar de seus escravizadores. Não é difícil localizar na imprensa notícias de fugas inseridas nesse contexto. Em dezembro de 1828, um proprietário mandou publicar um anúncio: "Fugiu [...] um preto de nome Antônio, Nação Moçambique, o qual tendo ido buscar água não voltou"<sup>48</sup>. Algumas fugas eram coletivas, como aconteceu em fevereiro de 1835, quando três escravizados da rua da Misericórdia, n. 80, Pedro, Luiz e Ignacio, "indo buscar água à Carioca"<sup>49</sup> não retornaram.

---

<sup>46</sup> Constance de Font-Réaulx, "Du porteur au consommateur d'eau: parcours et quantités d'eau livrées dans les foyers parisiens au XVIIIe siècle", *Histoire & Mesure*, XXXIV-2 (2019), 31-66.

<sup>47</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de dezembro de 1838, p. 4.

<sup>48</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de dezembro de 1828, p. 4.

<sup>49</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de março de 1835, p. 4.

Situações variadas surgem dos anúncios. Alguns escravizados entravam no comércio de água somente depois de fugirem, outros provavelmente já exerciam a atividade antes mesmo de desaparecerem da vista de seus proprietários. Quem folheasse o *Diario* de 6 de novembro de 1828 ficava informado do seguinte: "Desapareceu no dia quarta-feira 29 do [mês] passado, um preto que andava a vender água, de nome Joaquim, Nação Benguela [...]"<sup>50</sup>. Em maio de 1836, lia-se: "Fugiu no dia 2 do corrente um preto de nome Abílio [...] terá 21 anos [...], andava vendendo água, e quando está fugido costuma andar ao ganho na cidade"<sup>51</sup>. Em fevereiro do mesmo ano, um proprietário tentava recuperar uma fugitiva, sobre a qual advertia: "a preta vendia água, e julga-se ainda vender"<sup>52</sup>. No espaço multifacetado dos chafarizes, certamente os conhecimentos necessários ao comércio de água circulavam; escravizados domésticos, por exemplo, que iam até lá apenas para abastecer a casa de seus proprietários, podiam travar contato com aguadeiros experientes, de ganho ou de aluguel.

Outro aspecto a ser observado é o da posse do instrumento de trabalho, o barril<sup>53</sup> ou tonel, indispensável para todos os que pretendiam exercer o comércio de água. Segundo o *Diario*, em junho de 1826, um jovem com idade entre 18 e 20 anos fugiu da rua do Sacramento n. 10 levando "um barril de carregar água"<sup>54</sup>. No ano seguinte, a escravizada Pulqueria, usando um "vestido de chita azul, e um lenço velho no pescoço", desapareceu "levando consigo um barril de carregar água"<sup>55</sup>. Em 8 de fevereiro de 1830, foi a vez de Matheus se apropriar de um barril "com o qual havia ido à Carioca"<sup>56</sup>. Já em agosto de 1836, o leitor era informado de que Manuel, "muito conhecido por ser empregado na Alfândega, e aos Domingos, e Dias Santos vender água", conseguiu fugir com seu instrumento de trabalho. Três décadas mais tarde, essa também foi a história de Fortunata, que escapou da rua de São Pedro, n. 246, carregando o utensílio. Assim, tudo leva a crer que esse fosse um item precioso e até mesmo decisivo para aumentar

<sup>50</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 6 de novembro de 1828, p. 4.

<sup>51</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 21 de maio de 1836, p. 4.

<sup>52</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 17 de fevereiro de 1836, p. 4.

<sup>53</sup> Escavações arqueológicas no centro do Rio de Janeiro localizaram, ao lado de um poço colonial, um barril de carvalho. Ver Tânia A. Lima, "Arqueologia urbana no centro do Rio de Janeiro: o sítio da Assembleia, século XVIII" in Carmen Soares e Cilene G. Ribeiro (coord.), *Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde & cultura* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018), 295-303.

<sup>54</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 30 de junho de 1826, p. 4.

<sup>55</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 25 de junho de 1827, p. 4.

<sup>56</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 25 de fevereiro de 1830, p. 4.

as possibilidades de sobrevivência em caso de fuga. Afinal, o que os anúncios deixam ver é que o conhecimento adquirido em todo esse circuito da água, nos chafarizes, nas bicas, na porta dos fregueses, podia ser convertido em um meio de vida, e esse parece ter sido o plano de Antônio, Pedro, Luiz, Abílio, Matheus ou de Pulqueria e Fortunata.

## A LAVAGEM DE ROUPA

Outro importante circuito da água no Rio de Janeiro oitocentista estava relacionado a seu emprego na lavagem de roupa, que, como já foi mencionado na descrição de Debret, poderia acontecer nos quintais, mas também fora das casas, nos tanques públicos ou mesmo nas margens de rios (como o Carioca) ou córregos. A inglesa Maria Graham, que esteve no Brasil por três vezes e publicou um diário de viagem, viu ares *pitorescos* na lavagem de roupa ao ar livre:

Logo à entrada do vale, uma pequena planície verde espraia-se para ambos os lados, através da qual corre o riacho sobre seu leito de pedras, oferecendo um lugar tentador para grupos de lavadeiras de todas as tonalidades, posto que o maior número seja de negras. E elas não enriquecem pouco o efeito pitoresco da cena. Geralmente usam um lenço vermelho ou branco em volta da cabeça, uma manta dobrada e presa sobre um ombro e passando sobre o braço oposto, com uma grande saia. É a vestimenta favorita. Algumas enrolam uma manta comprida em volta delas, como indianos. Outras usam uma feia vestimenta europeia, com um babadouro bem deselegante amarrado adiante.<sup>57</sup>

Já seu conterrâneo Jacob Jansson desejou registrar em aquarela a intensa atividade das lavadeiras no tanque de lavar roupas construído atrás do primeiro chafariz instalado na Carioca, situação que, mais tarde, vai ser reproduzida na estrutura edificada no Campo de Santana. Na verdade, na Carioca havia um verdadeiro complexo hídrico, que o padre Luiz Gonçalves dos Santos descreveu da seguinte forma em suas *Memórias* (1825): "Por baixo do lanço esquerdo da ladeira corre um cano, que despeja a água supérflua do tanque da fonte em outro tanque [...] onde bebem os cavalos, e deste passa para outro tanque, muito mais largo e extenso, onde se lava a roupa"<sup>58</sup>; era a partir

<sup>57</sup> Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil* (Belo Horizonte: Garnier, 2021 [1824]), 190.

<sup>58</sup> Luiz G. dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil* (Brasília: Senado Federal, 2013), 51. Ver também Gilberto Ferrez, *A mui leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: quatro séculos de expansão e evolução* (Rio de Janeiro: Banco Boavista, 1965), 104.

daí que, provavelmente, o líquido restante escoava pela vala de drenagem. Na aquarela de Jansson (Imagem 3), além do grande tanque das lavadeiras, há um outro, apenas parcialmente visível, no primeiro plano, onde um cavalo bebe água enquanto outro aguarda, o que corresponde, com exatidão, à descrição do padre.

Imagem 3: Jacob Jansson. Chafariz da Carioca. Aquarela, 1824/1829.



Fonte: Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram

As imagens de Thoremin e de Jansson, bem como as descrições de Debret, Maria Graham e, ainda, os anúncios de jornal, todos sugerem que a lavagem de roupas “portas afora” era uma atividade majoritariamente feminina e negra. No que compete à condição jurídica, as escravizadas constituíram a maior parte das mulheres alocadas no serviço doméstico até 1850, proporção que tendeu a diminuir gradativamente com o fim do tráfico, com o forte aumento dos preços e o adensamento do tráfico interno, principalmente para as fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba. No ano de 1872, quando a população do Município Neutro já era composta de 82,2% de pessoas livres, nas atividades domésticas, contudo, ainda havia 46,67% de escravizados. Seria, portanto, um reduto da escravidão até sua extinção. O total de mulheres (livres ou não) nessa função era de 71%, com tendência para aumentar no pós-abolição. Para a historiadora Flávia Fernandes, tal configuração é marcada ainda pela entrada de agências de emprego como intermediárias nas transações<sup>59</sup>.

O Rio de Janeiro também contou com lavadeiras de procedência indígena, que labutavam da manhã até a noite à “beira do pequeno rio que passa sobre a ponte do Catete, um dos arrabaldes da cidade”,<sup>60</sup> segundo o que escreveu Debret no texto explicativo que compôs para acompanhar uma litografia dedicada ao tema, que fez incluir em seu livro (Imagem 4).

A enorme necessidade de água para as tarefas cotidianas gerava uma concentração de escravizados e libertos em torno das fontes e chafarizes públicos, transformando-os em locais de encontro de grupos subalternizados, as chamadas “classes perigosas”.<sup>61</sup> Como já se viu, esses eram espaços mantidos sob estreita vigilância. De fato, o controle sobre seus frequentadores era uma tarefa compartilhada entre proprietários e poder público. Nascido na Inglaterra, mas radicado em Nova York, Thomas Ewbank visitou o Brasil em 1846, onde esteve por seis meses. Ao retornar, publicou *Vida no Brasil* (1856). Tratando dos instrumentos, comuns na cidade, utilizados pelos proprietários para torturarem seus escravizados, ele observou: “Certa tarde, há

<sup>59</sup> Flávia F. de Souza, “Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)”, (Tese de Doutorado, UFF, 2017), 216.

<sup>60</sup> Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, t. 1, v. 1, 57. Com o avançar do século XIX, a população indígena das cercanias da cidade foi sendo dizimada e/ou subnotificada nos controles populacionais.

<sup>61</sup> Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

alguns dias, quando me encontrava no balcão de uma casa na Rua da Alfândega, uma negrinha com quatro quintos de seu corpo nu, passou vacilante pelo meio da rua, com uma enorme tina de lavar roupa presa por cadeado e uma corrente ao pescoço". Segundo a explicação que Ewbank obteve, a medida pretendia impedir que ela fosse comprar bebida, uma vez que "a repugnante vasilha não seria admitida na venda". Além disso, também diz ter sido informado de que era comum que alguns escravizados trocassem "barris por bebidas", então, eram "enviados à fonte e à praia acorrentados"<sup>62</sup>. Essa talvez deva ser considerada uma das formas mais extremas de ligação entre artefatos e pessoas, em que os instrumentos de trabalho eram acorrentados ao corpo do escravizado.

Imagem 4: Femmes cabocles (sauvages civilisés) vivente du métier de blanchisseuses dans la ville de Rio Janeiro. Litografia. Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-9, t. 1, pl. 22.



Fonte: The New York Public Library Digital Collections

<sup>62</sup> Thomas Ewbank, *A vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra dos cacauzeiros e das palmeiras* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1976): 94.

O cotidiano nos chafarizes e bicas d'água da cidade, afora os castigos físicos, era bem árduo e, como já foi apontado para o caso dos aguadeiros, conferia vários estigmas sociais. As lavadeiras, por não viverem “recatadas” ou “recolhidas” – adjetivos utilizados nos anúncios de jornal para valorizar as domésticas “portas adentro” –, eram denominadas “mulheres de fonte e rio”<sup>63</sup>, expressão pejorativa que conotava a prática da prostituição. O estigma sofrido acabava corroborado pelo discurso médico-higienista, que as acusava de frequentarem lugares sujos, transmitirem doenças, a exemplo do cólera, da febre amarela e da sífilis. Também a literatura, recorrentemente, as desqualificava como briguentas, arruaceiras, “de moral duvidosa” e moradoras de cortiços insalubres. Talvez o livro mais significativo nesse sentido seja *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, em que a maioria das personagens era de lavadeiras no momento do pós-abolição<sup>64</sup>.

Nesses espaços de labuta árdua, as mulheres desfrutavam de alguma liberdade, ao mesmo tempo em que se submetiam, até certo ponto, a um mundo controlado pelo poder público, por escravizadores ou por patrões. Nos chafarizes da cidade, era comum ouvir as mulheres batendo roupa o dia todo, mas também cuidando das crianças, que eventualmente as acompanhavam ao trabalho, e conversando com outras lavadeiras<sup>65</sup>. Portanto, as sociabilidades proporcionadas por esses locais podiam gerar redes de apoio em caso de fugas, como se sugeriu que acontecia com os aguadeiros, e que terá ocorrido, talvez, com Sophia, uma escravizada mina, que exercia o ofício de lavadeira e fugiu com seu filho João, de apenas dois anos<sup>66</sup>. Essa mulher, de 30 anos, deve ter recebido ajuda de seus companheiros e companheiras de diáspora que frequentavam o mesmo local de trabalho para conseguir se evadir com uma criança pequena, o que não era simples.

A tarefa com as roupas também exigia conhecimentos específicos. Aquelas consideradas as melhores lavadeiras possuíam a *expertise* de “lavar de sabão e barrela”.

---

<sup>63</sup> Oliveira E. Ferreira, “Mulheres de fonte e rio: solicitação do confessorário, misoginia e racismo na Bahia setecentista”, *Afro-Ásia*, 48 (2013), 127-171.

<sup>64</sup> Ver Sonia Roncador, “O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 44 (1) (2007), 94 -119; Daniela M. da Silveira, “O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos”, *Mundos do Trabalho*, 15 (2023), 1-21.

<sup>65</sup> Sobre as lavadeiras, ver Joana de Moraes Monteleone. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)”, *Revista Estudos Feministas*, 27(1), 2019.

<sup>66</sup> Conforme anúncio de fuga publicado em *Correio Mercantil*, em 26 agosto de 1860. Citado por Carlos E. L. Soares, Flávio dos S. Gomes e Juliana B. Farias, *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005).

Como somente as famílias abastadas tinham a possibilidade de consumir sabão importado da Europa<sup>67</sup>, o mais comum era que as lavadeiras dominassem o conhecimento sobre os vegetais saponáceos, como a folha de aloys ou da timbaúba. Utilizavam-se também o anil, o estrume e o sebo de gado na produção do sabão. A barrela era um caldo quente confeccionado com cinzas de vegetais para clarear as roupas. Detentoras de um saber especializado, as habilidades e as técnicas das lavadeiras no trato com as roupas eram elogiadas por vários estrangeiros, como John Mawe e Debret. O último observou: "[...] as lavadeiras brasileiras, aliás muito mais cuidadosas que as nossas, têm a vaidade de entregar a roupa não somente bem passada e arranjada em ordem dentro de uma cesta, mas ainda perfumada com flores odoríferas". E acrescentou: "o que é mais apreciável ainda para o estrangeiro, no Rio de Janeiro, é que sua roupa branca lhe é devolvida não somente admiravelmente limpa mas ainda consertada pela lavadeira, cujo trabalho, de resto, se paga assaz caro, principalmente por causa de ser cuidadosamente passada"<sup>68</sup>.

Na litografia que dedicou à lavagem de roupa na beira do rio, Debret procurou mostrar as várias etapas da atividade, como a produção dos saponáceos ou o processo de estender as peças brancas ao sol, para clareá-las, o que era chamado de "quarar" a roupa (Imagem 5).

Para o ambiente da cidade de Petrópolis, a farta quantidade de escravizados domésticos foi retratada pela fazendeira Mariana Velho de Avellar, viscondessa de Ubá, em carta de 15 de fevereiro de 1862 enviada para sua mãe Leonarda Velho da Silva, em que narrava a necessidade de mudar algumas funções por motivos de saúde: "Bernarda e Casimira partiram daqui [Petrópolis] quinta-feira e na condução que as veio buscar veio Leopoldina que chegou doente [...]. Veja mamãe que no meio de toda esta confusão adoeceu-me uma lavadeira e fui obrigada a mandar Felipa lavar e pôr Bernarda a engomar". Em outra missiva de 6 de novembro de 1862, a viscondessa também relata o uso abundante da água na limpeza doméstica: "hoje desde às seis horas da manhã que

<sup>67</sup> Johann Baptiste von Spix; Carl Friedrich Ph. von Martius, *Viagem pelo Brasil*, v. 1 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938), 75.

<sup>68</sup> Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, t. 1, v. 2, 275.

estou mandando lavar a casa, como principiei e está tudo quase pronto, restando-me apenas pouca coisa a fazer”<sup>69</sup>.

Imagem 5: Blanchisseuses à la rivière. Debret, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-9, t. 2, pl. 48.



Fonte: The New York Public Library Digital Collections.

## A ÁGUA PORTA ADENTRO

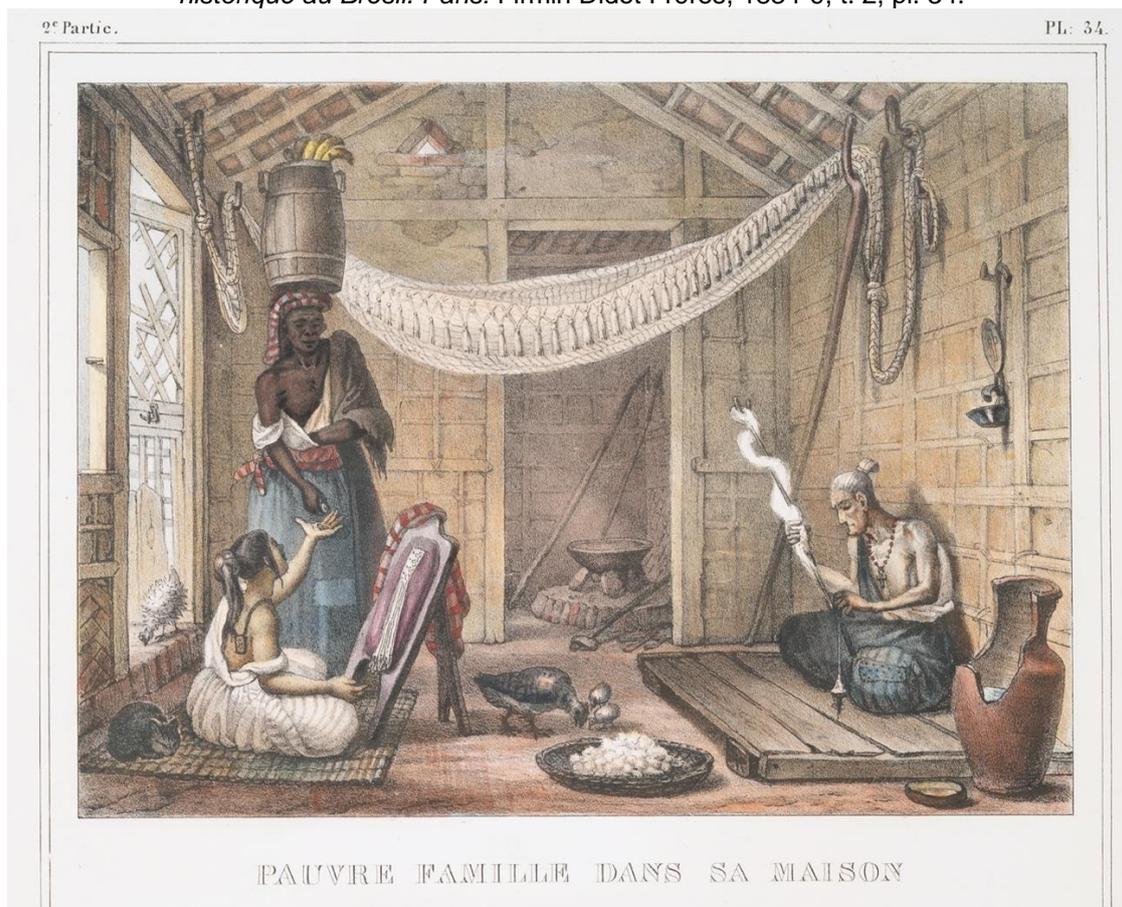
Thomas Ewbank, em sua obra já mencionada, *Vida no Brasil* (1856), descreveu como a água ficava armazenada dentro das casas, por alguns dias, até ser consumida. Examinando com admiração as vasilhas de barro, esse "elemento fundamental da vida doméstica [...] interessante aos estrangeiros", mencionou, e mesmo desenhou, vários tipos de recipientes relacionados à água. Além da talha, referiu-se ao barril, objeto

<sup>69</sup> Cartas de Mariana Velho de Avellar, viscondessa de Ubá, para sua mãe Leonarda Velho da Silva. Petrópolis 15 de fevereiro de 1862 e Petrópolis 6 de novembro de 1862. Coleção Roberto Meneses de Moraes.

"universal e onipresente e que é tão familiar à cabeça de todos os escravos"<sup>70</sup>, e ainda àsoringas, inclusive a mais comum de todas, com dois bicos, o chamado "cântaro do Brasil", que afirma ser de uso corrente no Rio de Janeiro.

Uma litografia de Debret traz, ao mesmo tempo, dois desses utensílios. Em *Família pobre em sua casa* (Imagem 6), surgem o barril na cabeça da escravizada de ganho e, no primeiro plano, à direita, a talha d'água, cuja presença era indispensável nas moradas urbanas, mesmo nas mais modestas. O artista desejava, como ele próprio afirmou, mostrar o interior da casa de uma viúva e de sua filha que, mergulhadas na pobreza, viviam do trabalho de uma "velha aguadeira". Assim, em meio aos poucos elementos presentes na casa, a talha da viúva foi representada quebrada e já meio sem água, ajudando a realçar a situação de extrema penúria das moradoras.

Imagem 6: *Pauvre famille dans sa maison*. Litografia. Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-9, t. 2, pl. 34.



Fonte: The New York Public Library Digital Collections.

<sup>70</sup> Thomas Ewbank, *A vida no Brasil*, 267-269.

Já a água que entrava nas casas mais abastadas circulava por quase todos os cômodos, mas também por áreas externas e mesmo por jardins, onde podia ser empregada para fins exclusivamente ornamentais, em repuxos, como deixa ver o anúncio de um leilão do antigo palacete que tinha sido do Barão de Ubá. João Rodrigues Pereira de Almeida, o primeiro a receber esse título no Vale do Paraíba Fluminense, tinha uma fortuna amealhada, entre outras atividades, no comércio de pessoas escravizadas, e seu "majestoso palacete" no Engenho Velho havia sido construído, como menciona o anúncio, "sob as vistas do grande arquiteto Grandjean [de Montigny]". Em 1895, foi posto a venda por herdeiros de proprietários posteriores, nos seguintes termos:

A sala é toda de mármore [...]. A madeira empregada é toda de lei [...]. Há instalações completas de gás [...]. No centro do jardim há um grande tanque com repuxo. Ainda tem as seguintes instalações para água: um depósito para lavanderia todo de granito; uma caixa d'água; outro tanque para lavagem em frente à cozinha; tanque dentro da cozinha e um tanque para banheiros de crianças. Existe ainda um grande tanque de mármore para natação e uma grande banheira de mármore amarelo no quarto de banhos.<sup>71</sup>

No interior das moradas, a água ocupava um conjunto variado de recipientes. Antônio Gonçalves de Moraes, um rico proprietário de fazendas e escravizados no Vale do Paraíba, possuía uma residência na corte localizada na rua Conde d'Eu nº 66. Entre os diversos objetos listados em seu inventário, havia uma moringueira, que armazenava as várias moringas que abasteceriam os quartos, além de jarros com bacias destinados à higiene das mãos e do rosto<sup>72</sup>. Enquanto as primeiras permaneceram em estilo rústico, geralmente de barro, para manter a água fresca, os segundos se sofisticaram, passando a ter um valor decorativo. Nessa mesma residência, também foi listado um quarto de banho com lavatório, onde a água era usada para a higiene corporal. Existiam diferentes modelos de lavatórios, móveis tipo aparadores destinados aos objetos de asseio, com

<sup>71</sup> Jornal do Commercio, 8 de Abril De 1895, p. 6. Ver Carlos G. Guimarães, "O Negócio do Tráfico Negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, O Barão de Ubá, e da Firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829", *Africana Studia*, n. 27 (2016) e Ana Pessoa e Ana Lúcia V. Santos, "Grandjean de Montigny e os Negociantes: A Praça, o Arquiteto e a Clientela", In Ana Pessoa dos Santos, Pereira, Margareth da S. Pereira e Karolyne Kopcke (Org.), *Gosto Neoclássico: Atores e Práticas Artísticas no Brasil no Século XIX* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019), 19-54.

<sup>72</sup> Inventário de Antônio Gonçalves de Moraes, 1876. Inventariante D. Rosa Luiza Gomes de Moraes. IPHAN, Vassouras.

ou sem espelho, servindo para apoiar o gomil (conjunto de jarra e bacia). Nas habitações mais bem equipadas, os mesmos objetos tinham usos específicos, a depender do material, do tamanho e do acabamento: “bacia de cobre para banho”, “bacia para rosto”, “bacia para lavar pratos”. O tamanho das casas e a condição social dos moradores afetavam, assim, não apenas a demanda pela água, mas também a quantidade de utensílios a ela destinados: “9 bacias e jarras, 2 bacias de ferro, 24 moringas, 72 copos de água, 1 bacia de cobre, 1 banheiro de chuva”<sup>73</sup>, faziam parte da fazenda São Félix, do mesmo Antônio Gonçalves de Moraes <sup>74</sup>.

As famílias senhoriais valorizavam a posse de louças, móveis e objetos considerados adequados para cada tipo de uso, por vezes bastante sofisticados e custosos economicamente. Dessa forma, podemos compreender o investimento de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, viscondessa de Cavalcante, em seus utensílios para água (Imagem 7).

Imagem 7: Gomil de porcelana e copos de cristal brasonados pertencentes à viscondessa de Cavalcante.



Fonte: Coleção Museu Mariano Procópio.

Artefatos para a água também estão presente num óleo do artista francês Julien Pallière e não foi à toa que ele foi tão caprichoso em seu retrato. Chegando ao Brasil em 1817, na frota que transportou a futura imperatriz Leopoldina, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde abriu seu ateliê e casou-se com a filha do arquiteto Grandjean de Montigny. O artista compôs a tela por volta de 1830, inserida na edição de sua obra

<sup>73</sup> O termo “banheira de chuva” aparece nos jornais como tradução de showerbath e significava um chuveiro acoplado na banheira, que podia ser pequena, não permitindo a imersão de corpo inteiro. Ao longo do século XIX, os chuveiros, projetados originalmente como um torturante tratamento psiquiátrico, transformaram-se num item de conforto. Ver Stephanie Cox, Clare Hocking and Deborah Payne, “Showers: from a violent treatment to an agent of cleansing”, *History of Psychiatry*, v. 30 (1), (2019), 58-76.

<sup>74</sup> Inventário de Antônio Gonçalves de Moraes, 1876. Inventariante D. Rosa Luiza Gomes de Moraes. IPHAN, Vassouras.

completa, *Pallièr e o Brasil* (2011), e intitulada "Filho do artista tomando banho na varanda da residência de seu avô"<sup>75</sup> (Imagem 8). A casa retratada, portanto, seria a de Grandjean, em sua chácara na Gávea.

Imagem 8: Julien Pallière. [O Filho do Artista Tomando Banho na Varanda da Residência de seu Avô, Grandjean de Montigny], c. 1830.



Fonte: Acervo Itaú Cultural.

A varanda da residência, com traços clássicos e com bananeiras tropicais ao fundo, é o cenário para o banho que se desenrola com a presença de cinco pessoas: a mãe, o bebê e três escravizados, presumivelmente. Adornada com joias, uma

<sup>75</sup> Ana Pessoa, Julio Bandeira e Pedro C. do Lago (ed.), *Pallièr e o Brasil. Obra completa* (Rio de Janeiro: Capivara, 2011), 52.

escravizada usa a água da bacia para lavar a criança (Imagem 9); uma segunda, na direita, já tem a toalha estendida e, finalmente, o pajem da esquerda chega com uma pequena moringa e uma tigela, arranjada sobre um *sousplat* de prata (Imagem 10)." Então, na tela de Pallière, a água está na bacia e também, supõe-se, no "cântaro do Brasil, de que falou Ewbank, pousado na bandeja.

Imagem 9: Julien Pallière. [O Filho do Artista ...]. Óleo sobre tela, c. 1830 (Detalhe).

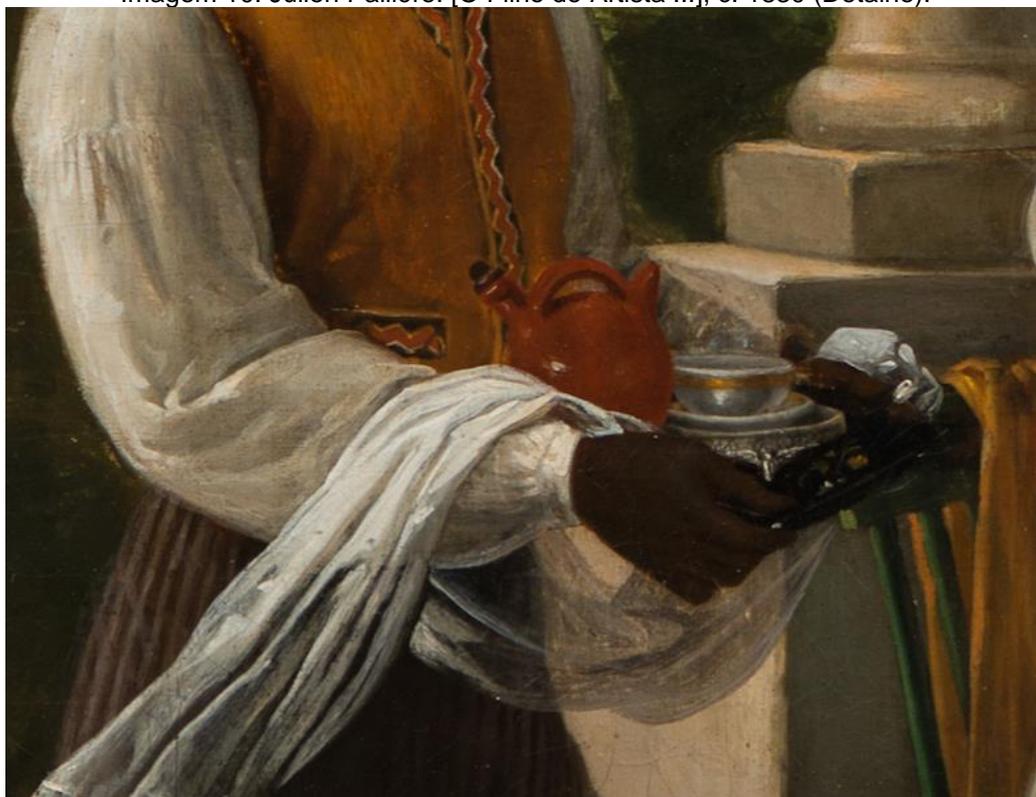


Fonte: Acervo Itaú Cultural.

Para os organizadores do catálogo do artista, trata-se de uma obra baseada em tema clássico da pintura religiosa, em que a presença dos escravizados evocaria "os três reis magos trazendo presentes e perfumes para o menino"<sup>76</sup>. Assim, a água, que afinal é o que nos interessa aqui, depositada na moringa ou na bacia, surge metamorfoseada em preciosos presentes, oferecidos à criança que toma banho. No texto bíblico, no entanto, o menino é pobre, filho de um carpinteiro, e os reis magos trazem as oferendas de longe. Na tela de Pallière, tanto as coisas como as pessoas presentes na cena pertencem à família do bebê, que possivelmente é proprietária da residência, da bacia, do cântaro, da toalha e, ainda, dos escravizados.

<sup>76</sup> Pessoa, Bandeira e Lago, Pallière e o Brasil, 107.

Imagem 10: Julien Pallière. [O Filho do Artista ...], c. 1830 (Detalhe).



Fonte: Acervo Itaú Cultural.

Mas é Debret quem pode nos levar do chafariz até a mesa posta e, finalmente, ao copo. Como já se viu aqui, em várias de suas aquarelas, mais tarde litografadas e publicadas em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1834-9), o artista tratou dos usos da água. Em *O jantar no Brasil* (Imagem 11), Debret descreveu a mesa de um homem abastado. Segundo observou, a refeição, em geral, começava com "uma sopa de pão e caldo gordo [...] feito com um enorme pedaço de carne de vaca, salsichas, tomates, toucinho, couves [...]" e seguia com pirão, galinha e verduras, e ainda com uma "resplandecente pirâmide de laranjas perfumadas" para equilibrar o paladar. Por último, surgiam as sobremesas, arroz doce, queijo de Minas "e, mais recentemente, diversas espécies de queijos holandeses e ingleses", assim como vinhos da Madeira e do Porto. Acompanhando tudo isso, "um enorme copo, que os criados têm o cuidado de manter sempre cheio de água pura e fresca, serve a todos os convivas para beberem à

vontade"<sup>77</sup>, enquanto uma moringa, no chão, possivelmente fica a postos para reabastecer o copo.

Imagem 11: Le dîner. Debret, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-9, t. 2, pl. 7.



Fonte: The New York Public Library Digital Collections.

Em outra de suas litografias, o artista procurou retratar uma situação diversa, a de uma "mãe de família de pequenas posses, no seu lar", entretida com os trabalhos de costura, ao mesmo tempo em que sua filha já crescida "esforça-se por soletrar as primeiras letras do alfabeto". Enquanto isso, "avança [...] um moleque, com um enorme copo de água, bebida frequentemente solicitada durante o dia para acalmar a sede que o abuso dos alimentos apimentados ou das compotas açucaradas provoca"<sup>78</sup>.

<sup>78</sup> Debret, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, t. 1, v. 2, p. 128-9.

Imagem 12: Une dame brésilienne dans son intérieur. Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-9, t. 2, pl. 6.



Fonte: The New York Public Library Digital Collections.

Provavelmente, esse não era um "rico copo de cristal", como o que esteve à venda na rua do Cano em 1853 ou os que pertenceram à viscondessa de Cavalcante, mas, afinal, o que a imagem sugere é que no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX era possível para uma dona de casa, mesmo de condição relativamente modesta, possuir um escravizado – por vezes ainda menino – a quem poderia ordenar que lhe trouxesse um copo d'água.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu mostrar foi que olhar para os fluxos da água – e para os artefatos que lhe são próprios – pode ser uma maneira de se aproximar das complexas dinâmicas sociais do Rio de Janeiro no século XIX. O líquido esteve presente na tortura a que foi submetida a escravizada com o barril acorrentado ao corpo, mas também na

perspectiva de liberdade do aguadeiro em fuga. Captado nos mananciais do entorno da cidade, fluiu pelo encanamento de aquedutos, chafarizes e bicas, até ser levado a diferentes moradas. Circulou pelos cursos d'água que cruzavam o espaço urbano e foi incorporado a toda a roupa lavada. Carregado para dentro das habitações, era usado na limpeza do piso, da louça, no preparo dos alimentos, dos mais simples aos mais elaborados, e enchia as moringas de barro, assim como os copos de cristal. Significava trabalho árduo para aguadeiros e lavadeiras, mas pura fruição para os proprietários das luxuosas banheiras de mármore.

Os artistas viajantes souberam captar, admiravelmente, toda essa dinâmica social mediada pela água e por seus artefatos. Na talha quebrada de Debret, está representada a pobreza; na bacia de Pallière, o que figura é a riqueza. A aguadeira escravizada ao ganho é um meio de vida para a viúva e sua filha, permite a sobrevivência de ambas, mas não chega a tirá-las da pobreza. Já para a família do bebê, a posse dos escravizados dá direito a um estilo de vida senhorial. A maneira como o líquido alcançava as residências e por elas transitava estava submetida a uma dada hierarquia social e, ao mesmo tempo, a reforçava. A água criava possibilidades e limites para a vida urbana, conformando-a, mas também era conformada pelos usos sociais a que estava submetida, assumindo, afinal, os mais variados papéis na cidade oitocentista.

#### **AGRADECIMENTOS**

A autora Mariana Muaze agradece ao CNPq e à Faperj pelos apoios concedidos por meio das bolsas de produtividade em pesquisa e Cientista do Nosso Estado.

#### **REFERÊNCIAS**

Abel Wolman, "The metabolism of cities", *Scientific American*, 213, 3 (1965): 178-193.

Alida C. Melcalf e Sean M. Smith, "Mapping the Maracanã Aqueduct: Reconstructing the Route of Rio de Janeiro's Second Major Aqueduct," *e-Perimtron*, 13, 1, (2018), 1-22. [http://www.e-perimtron.org/Vol\\_13\\_1/Metcalf\\_Smith.pdf](http://www.e-perimtron.org/Vol_13_1/Metcalf_Smith.pdf)

Alida C. Merclaf, "Water and Social Space: Using georeferenced maps and geocoded images to enrich the history of Rio de Janeiro's fountains", *e-Perimetron*, 9, 3, (2014): 129-145.

Alida C. Metcalf, Sean M. Smith e S. Wright Kennedy, "'A mere gutter!' The Carioca Aqueduct and water delivery in mid-nineteenth-century Rio de Janeiro", *Urban History*, 49, 1 (2022): 61-87. <https://doi.org/10.1017/S096392682000084X>

Ana Pessoa e Ana Lúcia V. Santos, "Grandjean de Montigny e os negociantes: a praça, o arquiteto e a clientela.", in *Gosto neoclássico: atores e práticas artísticas no Brasil no século XIX*, editado por Ana Pessoa, Margareth da S. Pereira e Karolyna Koppke (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019), 19-54.

Ana Pessoa, Julio Bandeira e Pedro C. do Lago (ed.), *Pallière e o Brasil. Obra completa* (Rio de Janeiro: Capivara, 2011).

Anita Almeida, "Água da fonte, água de poço: notas para a história do abastecimento no Rio de Janeiro", *Arquitextos*, 24 (2023). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.281/8925>

Bruno Capilé, "Os muitos rios do Rio de Janeiro: transformações e interações entre dinâmicas sociais e sistemas fluviais na cidade do Rio de Janeiro (1850-1889)", (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018).

Carlos E. L. Soares, Flávio dos S. Gomes e Juliana B. Farias, *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005).

Carlos G. Guimarães, "O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829", *Africana Studia*, 27 (2016): 67-79.

Constance Font-Réaulx, "Du porteur au consommateur d'eau: parcours et quantités d'eau livrées dans les foyers parisiens au XVIIIe siècle", *Histoire & Mesure*, XXXIV-2 (2019): 31-66. <https://doi.org/10.4000/histoiremesure.10354>

Dale W. Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial* (São Paulo: Edusp, 2011).

Daniel P. Kidder e James C. Fletcher, *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*, vol. 1 (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941 [1879]).

Daniel Roche, "A água e sua utilização", in *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do séc. XVII-XIX* (Rio de Janeiro: Rocco, 2000), 183-222.

Daniela M. da Silveira, "O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em O Cortiço, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos", *Mundos do Trabalho*, 15 (2023), 1-21. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2023.e94453>

Diogo de C. Cabral, "Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista", *RA'E GA*, 23 (2011): 159-190. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v23i0.24836>

Elisângela O. Ferreira, "Mulheres de fonte e rio: solicitação do confessorário, misoginia e racismo na Bahia setecentista", *Afro-Ásia*, 48 (2013): 127-171.

Erik Swyngedouw, "A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e 'urbanização-ciborgue'", in *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas* editado por Henri Acselrad (Rio de Janeiro: Lamparina, 2009), 99-120.

Flávia B. Nascimento, Joana Mello, José Lira e Silvana Rubino (org.), *Domesticidade, gênero e cultura material* (São Paulo: Edusp, 2017).

Flávia F. de Souza, "Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)", (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017).

Gilberto Ferrez, *A mui leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: quatro séculos de expansão e evolução* (Rio de Janeiro: Banco Boavista, 1965).

Gilmar M. Almeida, "A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1889", (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010).

Jean-Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, t. 1, v. 2 (São Paulo: Livraria Martins, 1940 [1835]).

Joana de M. Monteleone, "Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)", *Revista Estudos Feministas*, 27, 1 (2019). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148913>

Johann B. Von Spix e Carl F. Ph. Von Martius, *Viagem pelo Brasil*, vol. I, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938).

Jorun Poettering, "Water and the Struggle for Public Space: Social Negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro's Waterworks", *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, 5, 2 (2017): 154-70. <https://doi.org/10.25160/bjbs.v5i2.24998>

Juliana O. B. Mello, "O abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro durante o período joanino", *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 4 (2010): 159-167.

Lorelai Kury et al. (ed.), *Rios do Rio. Fotografias de Marco Terranova* (Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2020).

Luiz C. Soares, *O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX* (Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2007).

Luiz F. Alencastro, "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 – 1872", *Novos Estudos Cebrap*, 21 (1988): 30-56.

Luiz G. dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil* (Brasília: Senado Federal, 2013 [1825]).

Maciel Henrique Silva, *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)* (Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011).

Magalhães Corrêa, *Terra Carioca: fontes e chafarizes* (Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s.d.).

Marcus M. de Carvalho, "De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850", *Afro-Ásia* 29, 30 (2003): 41-78. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i29-30.21054>

Maria A. Borrego, "Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX)", *Varia História*, 32, 58 (2016): 101-137. <https://doi.org/10.1590/0104-87752016000100006>

Mariana Muaze, "O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos?' - serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba", *Almanack* 12 (2017): 65-87. <https://doi.org/10.1590/2236-463320161205>

Mary Karash, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

Maurício Abreu, "A cidade, a montanha e a floresta", in *Escritos sobre espaço e história*, editado por Fania Fridman e Rogério Haesbaert (Rio de Janeiro: Garamond, 2014), 299-357.

Nelson Porto, "O claustro e a fonte: um estudo iconológico do claustro do Convento da Ajuda", *Barroco*, 19 (2004): 199-212.

Norbert Elias, *O processo civilizador: uma história dos costumes* (Rio de Janeiro: Zahar, 1990 [1939]).

Paulo Knauss, "O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual", *ArtCultura*, 8, 12, (jan/jun 2006): 97-115.

Renato C. Frias, "Abastecimento d'água no Rio de Janeiro joanino: uma geografia do passado," (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013).

Richard White, *The Organic Machine: The Remaking of the Columbia River* (New York: Hill and Wang, 2011).

Rogério R. de Oliveira, Joana S. Fraga e Dean E. Berck, "Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro", *INTERthesis*, 8, 2 (2011): 286-315. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2011v8n2p286>

Rosauro M. da Silva, "A luta pela água", in *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*, editado por Fernando N. Silva (Rio de Janeiro: Record, 1965), 311-337.

Sandra L. Graham, *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992).

Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

Sonia Roncador, "O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida", *Luso-Brazilian Review*, vol. 44, 1 (2007): 94 -119.

Stephanie C. Cox, Clare Hocking e Deborah Payne, "Showers: from a violent treatment to an agent of cleansing", *History of Psychiatry* 30, 1 (2019): 58-76. <http://doi.org/10.1177/0957154X18801766>

Tânia A. Lima, "Arqueologia urbana no centro do Rio de Janeiro: o sítio da Assembleia, século XVIII", in *Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde & cultura*, editado por Carmen Soares e Cilene G. Ribeiro (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018), 295-303. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1720-6>

Tânia A. Lima, "Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX", *Anais do Museu Paulista*, 3, 1 (1995): 129-191. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141995000100017>

Thomas Ewbank, *A vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra dos cacauzeiros e das palmeiras* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1976).

Ulpiano T. B. de Meneses, "Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares", *Revista Brasileira de História*, 23, 45 (2003): 11-36.

Verena Winiwarter et al., "The long-term evolution of urban waters and their nineteenth century transformation in European cities, a comparative environmental history", *Water History*, 8 (2016): 209-233.

### **Documentos Governamentais:**

Requerimento do presidente do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Rio de Janeiro, frei João de Santa Teresa [anterior a 24 de abril de 1793]. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) - AHU. Rio de Janeiro, cx. 153, doc. 46.

Requerimento do Padre Angelo de Sequeira, do Seminário de N. Sra. da Lapa [anterior a 23 de maio de 1753]. AHU. Rio de Janeiro, cx. 70, doc. 16.379.

Requerimento do Capitão de Granadeiros da praça do Rio de Janeiro, João Mascarenhas Castello Branco, e seu cunhado, o dr. Ignácio Manuel da Costa Mascarenhas, Vigário da

Candelária [anterior a 7 de outubro de 1750]. AHU. Rio de Janeiro, cx. 63, doc. n. 14.866-14.867.

Decreto de 1º de dezembro de 1836, Coleção de leis do Império do Brasil, v. 1, pt. II, 1836, p. 219.

### **Material de Arquivo:**

Cartas de Mariana Velho de Avellar, viscondessa de Ubá, para sua mãe Leonarda Velho da Silva. Petrópolis 15 de fevereiro de 1862, Petrópolis 6 de novembro de 1862. Coleção privada Roberto Meneses de Moraes, Rio de Janeiro, RJ.

Inventário de Antônio Gonçalves de Moraes, 1876. Inventariante D. Rosa Luiza Gomes de Moraes. IPHAN, Vassouras, RJ.

Jornal do Commercio, 05 de janeiro de 1870, p. 2.

Jornal do Commercio, 8 de abril de 1895, p. 6.

Diario do Rio de Janeiro, 30 de junho de 1826, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 25 de junho de 1827, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1830, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1838, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1828, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 6 de março de 1835, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1836, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1828, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 21 de maio de 1836, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1836, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1842, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1827, p. 3.

Diario do Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1827, p. 3.

Diario do Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1847, p. 2.

Diario do Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1843, p. 1.

Diario do Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1821, p. 7.

Diario do Rio de Janeiro, 27 de abril de 1842, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1870, p. 4.

Diario do Rio de Janeiro, 17 de março de 1868, p. 3

Diario do Rio de Janeiro, 27 de junho de 1808, p. 1.

Diario do Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1853, p. 3.

## From the Public Fountain to the Glass Water flows in Rio De Janeiro, 19th Century

### ABSTRACT

From the perspective of urban environmental history, this article examines the water flows in Rio de Janeiro, tracing its journey from public sources to its use in various households during the nineteenth century. It explores the pathways of water networks, pipelines, fountains, faucets, and water pipes, as well as tracks the liquid in the barrels of water carriers, flowing towards simple clay containers and crystal glasses. The focus extends to the activities of washerwomen, performed in public tanks or directly on the banks of rivers and streams. The article also observes exclusively ornamental uses, such as in the fountains that adorn the gardens of townhouses. In doing so, it aims to understand the role of equipment, artifacts, and, most importantly, the labor – both enslaved and free – examining how water created possibilities for urban life, shaping it while simultaneously being shaped by the social dynamics of the city.

**Keywords:** water flows, urban environmental history, material culture, Rio de Janeiro, 19th century.

Recibido: 15/02/2024  
Aprovado: 28/03/2024